

A AGROECOLOGIA COMO FORMA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E À CRISE AMBIENTAL

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e a crise ambiental se configuram como dois dos maiores desafios contemporâneos, revelando os limites de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico a qualquer custo. O Brasil, apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, voltou ao Mapa da Fome (FAO, 2022), enquanto enfrenta taxas alarmantes de desmatamento e perda de biodiversidade. Essa contradição revela a urgência de repensar os sistemas alimentares e produtivos sob uma perspectiva sustentável.

A agroecologia emerge nesse cenário como uma abordagem inovadora e multidimensional, que vai além de técnicas agrícolas e se apresenta como um projeto de transformação social, ambiental e econômica. Ela articula saberes tradicionais e científicos, propõe circuitos de produção e consumo locais e questiona as bases do agronegócio globalizado. Ao integrar sustentabilidade ecológica, justiça social e participação comunitária, a agroecologia responde diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo aos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

Este ensaio defende a tese de que a agroecologia, articulada a políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), representa uma estratégia potente para enfrentar a fome e a degradação ambiental no Brasil. Por meio de revisão bibliográfica e análise crítica, pretende-se discutir como essa abordagem pode promover sistemas alimentares mais justos, resilientes e alinhados com os princípios do desenvolvimento sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A agroecologia, segundo Altieri e Nicholls (2020), não é apenas um sistema técnico de produção, mas uma ciência, uma prática e um movimento social que busca reconstruir a relação entre sociedade e natureza. Essa concepção rompe com a lógica do agronegócio, baseada na monocultura, no uso intensivo de insumos químicos e na mercantilização da vida, propondo uma racionalidade ambiental que privilegia a biodiversidade e o equilíbrio ecológico (Leff, 2006).

Do ponto de vista político, a agroecologia se conecta à ideia de soberania alimentar, defendida por movimentos camponeses e indígenas como uma resposta ao modelo de globalização neoliberal. Holt-Giménez (2024) argumenta que a agroecologia, além de técnica, é uma ferramenta política para fortalecer redes de solidariedade e resistência frente ao avanço do agronegócio. Experiências latino-americanas como o Campesino a Campesino demonstram o potencial de difusão de práticas agroecológicas baseadas na troca de saberes e no protagonismo comunitário.

Em termos ambientais, Herrero et al. (2023) destacam que sistemas agroecológicos são mais eficientes na regeneração de solos, no sequestro de carbono e na mitigação de impactos

climáticos extremos. Essa capacidade se mostra ainda mais relevante diante do aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos como secas e enchentes, que afetam diretamente a produção de alimentos e a vida de comunidades rurais.

No Brasil, políticas públicas como o PNAE e o PAA são exemplos concretos de como o Estado pode fomentar circuitos curtos de comercialização e apoiar a transição agroecológica. O PNAE, ao destinar no mínimo 30% de seus recursos para a compra de produtos da agricultura familiar, abre espaço para a inserção de alimentos agroecológicos nas escolas, promovendo segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2009). O PAA, por sua vez, contribui para a geração de renda e fortalecimento de economias locais, sendo estratégico para garantir autonomia aos agricultores.

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios estruturais, como o desmonte de programas de apoio técnico e a pressão de interesses ligados ao agronegócio. Para avançar, é necessário repensar os modelos de governança e ampliar a participação social na construção de políticas públicas, criando condições para que práticas agroecológicas se consolidem como alternativas viáveis e inclusivas.

Embora a agroecologia seja reconhecida internacionalmente como uma abordagem inovadora para a sustentabilidade, sua implementação ainda enfrenta resistências significativas. O modelo de agronegócio hegemônico no Brasil, baseado na monocultura e na exportação de commodities, concentra terras, recursos e poder político, enquanto marginaliza agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais. Dados da FAO (2022) indicam que, embora o Brasil produza alimentos suficientes para abastecer mais de 1 bilhão de pessoas, cerca de 33 milhões de brasileiros convivem com a fome. Essa contradição revela que o problema não é apenas técnico ou produtivo, mas estrutural e político.

A agroecologia propõe uma ruptura com essa lógica ao valorizar a diversidade biológica e cultural e ao fomentar circuitos de produção e consumo locais. Práticas como os Sistemas Agroflorestais (SAFs) ilustram como é possível conciliar conservação ambiental e produção de alimentos. Segundo Perfecto e Vandermeer (2022), os SAFs aumentam a resiliência dos sistemas agrícolas, melhoram a infiltração de água, sequestram carbono e favorecem a biodiversidade, criando paisagens multifuncionais que beneficiam tanto o meio ambiente quanto as comunidades.

No Semiárido brasileiro, projetos agroecológicos têm demonstrado impactos positivos não apenas na produtividade, mas também na organização comunitária e no empoderamento de grupos historicamente excluídos, como mulheres e jovens rurais. O movimento das Margaridas e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), por exemplo, mostram que a agroecologia pode ser uma ferramenta de justiça social e de enfrentamento das desigualdades de gênero e raça. Essa dimensão social da agroecologia reforça seu potencial como estratégia de desenvolvimento sustentável, alinhada ao ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Entretanto, a transição agroecológica exige políticas públicas consistentes e de longo prazo. O PNAE e o PAA são avanços significativos, mas enfrentam entraves operacionais, como

atrasos em pagamentos, dificuldades logísticas e pressões para flexibilizar as exigências de compra da agricultura familiar. Além disso, o desmonte recente de políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER) ameaça o avanço da agroecologia em territórios onde ela ainda é incipiente.

Holt-Giménez (2024) alerta que a agroecologia, para além de sua dimensão técnica, deve ser compreendida como um movimento político que confronta o agronegócio e propõe alternativas ao capitalismo globalizado. Isso implica fortalecer redes de solidariedade e práticas de economia solidária que permitam aos agricultores familiares maior autonomia econômica. Segundo Paul Singer (2002), a economia solidária cria espaços de cooperação e redistribuição que são essenciais para a sustentabilidade de projetos agroecológicos.

Outro aspecto crítico é a necessidade de articulação entre diferentes escalas: local, nacional e global. Herrero et al. (2023) defendem que, sem um redesenho das cadeias alimentares e uma governança internacional comprometida com a justiça climática, a agroecologia permanecerá restrita a nichos. A construção de políticas públicas mais robustas e participativas é, portanto, indispensável para potencializar as contribuições da agroecologia à segurança alimentar e à mitigação da crise ambiental.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A consolidação da agroecologia como estratégia de desenvolvimento sustentável enfrenta múltiplos desafios no Brasil e no mundo. Um dos principais entraves é a concentração fundiária e o domínio do agronegócio sobre os espaços de decisão política. O modelo agroexportador, pautado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, não apenas degrada o meio ambiente, mas também invisibiliza práticas agrícolas tradicionais e comunitárias, reproduzindo desigualdades históricas.

Outro desafio é o enfraquecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à transição agroecológica. O desmonte de programas de assistência técnica e extensão rural (ATER), aliado aos cortes no orçamento de políticas como o PAA e o PNAE, compromete o acesso de agricultores familiares aos mercados institucionais. Essa situação reforça a dependência de cadeias de comercialização dominadas por grandes intermediários e fragiliza iniciativas locais de produção sustentável.

Em termos culturais, persiste o paradigma do “produtivismo” como sinônimo de progresso, dificultando a adoção de práticas agroecológicas em comunidades influenciadas pela lógica do agronegócio. A transição agroecológica requer uma mudança de mentalidade que valorize os saberes tradicionais, a diversidade produtiva e o cuidado com os bens comuns.

Apesar dessas barreiras, há perspectivas promissoras. A crescente preocupação global com a crise climática e a demanda por alimentos saudáveis abrem espaço para iniciativas inovadoras baseadas na agroecologia. Redes de consumo responsável, cooperativas agroecológicas e programas de certificação participativa são exemplos de como práticas locais podem se articular a tendências globais de sustentabilidade.

A economia solidária surge como aliada estratégica para a agroecologia, criando circuitos de produção e consumo que fortalecem comunidades e reduzem a dependência de mercados convencionais. Além disso, o conceito de Ecologia Integral, proposto por Papa Francisco em *Laudato Si'* (2015), oferece uma visão ética e sistêmica para integrar desenvolvimento humano, justiça social e cuidado com a “casa comum”.

Construir um futuro agroecológico depende de políticas públicas robustas, participação social efetiva e de uma governança que reconheça a importância da agricultura familiar para a soberania e segurança alimentar. Nesse sentido, é urgente pensar em estratégias de transição justa que combinem inovação tecnológica, educação ambiental e redes de solidariedade local e global.

CONCLUSÃO

A agroecologia se apresenta como mais do que um modelo agrícola alternativo: ela constitui uma estratégia ética, política e ambiental para enfrentar os desafios globais da insegurança alimentar e da crise climática. Ao articular saberes tradicionais, ciência e participação comunitária, ela promove sistemas produtivos mais justos, resilientes e sustentáveis, capazes de transformar territórios e fortalecer a autonomia das comunidades rurais.

A análise desenvolvida ao longo deste ensaio evidencia que, embora políticas públicas como o PNAE e o PAA representem avanços importantes, sua efetividade depende de uma governança comprometida com o fortalecimento da agricultura familiar e com a criação de condições estruturais para a transição agroecológica. Sem o apoio de programas consistentes e de longo prazo, práticas inovadoras tendem a permanecer restritas a nichos, sem capacidade de promover mudanças sistêmicas.

É necessário, portanto, construir uma agenda de desenvolvimento sustentável que integre agroecologia, economia solidária e políticas de transição justa. Essa agenda deve enfrentar a concentração de poder nas mãos do agronegócio, promover a redistribuição de recursos e valorizar o protagonismo de mulheres, jovens e povos tradicionais.

Ao colocar o cuidado com a “casa comum” no centro das práticas produtivas, a agroecologia se alinha à Ecologia Integral proposta por Papa Francisco (*Laudato Si'*, 2015) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ela aponta para um futuro no qual a produção de alimentos esteja profundamente ligada à justiça social, à conservação ambiental e ao bem-estar coletivo. Esse futuro, no entanto, depende da capacidade de romper com paradigmas hegemônicos e de construir alternativas enraizadas nos territórios e nas redes de solidariedade que neles florescem.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia: princípios e estratégias para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 17 jun. 2009.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2022.** Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum.** São Paulo: Paulinas, 2015.

HERRERO, Mario et al. Agroecology and food systems resilience. *ScienceDirect*, v. 8, p. 101-118, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2023.02.004>. Acesso em: 11 jul. 2025.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Agroecology as a political tool: confronting the globalized food system. *Journal of Peasant Studies*, v. 51, n. 2, p. 341-360, 2024.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PERFECTO, Ivette; VANDERMEER, John. **Agroecological matrix and biodiversity conservation.** *Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics*, v. 53, p. 67-89, 2022.

RIBEIRO, Rita de Cássia Lisboa et al. Community supported agriculture and food justice in Brazil: limits and potentials. **Urban Planning**, v. 10, n. 1, p. 22-35, 2025.

SCHAEDLER, Cândida. Agroecologia como resposta a desastres climáticos: experiências de cooperativas no Sul do Brasil. **Global Landscapes Forum**, 2024. Disponível em: <https://thinklandscape.globallandscapesforum.org/69283/brazil-floods-farmer-cooperatives-agroecology/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIGISAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 11 jul. 2025.